



CÚPULA DE DURBAN

Os 350 mil índios do Brasil têm muita luta pela frente para conquistar seus direitos. Embora 78% dos brasileiros achem que os indígenas são bons por natureza, eles são discriminados no dia-a-dia pelos brancos e pelo Estado

Sempre no fim da fila

Sandra Lefcovich
Da equipe do Correio

Na Aldeia Nova de Monte Pascoal, Joel Bras é cacique. Na hora de comprar passagem na rodoviária, é o último da fila. "Chega uma pessoa no guichê, é vista como um intelectual e o vendedor deixa a gente por último", conta ele, 40 anos e 12 filhos.

Para Joel, que está em Durban, existem dois tipos de discriminação contra os índios no Brasil: a física e a ideológica. A morte do índio Galdino Jesus dos Santos, pataxó como ele, queimado por jovens brancos num ponto de ônibus de Brasília em 1997, seria

um exemplo extremo desse preconceito que ele chama de "aparência". "Eles vêem que a gente é índio e menosprezam o nosso povo", diz Joel. "Além disso, há a ideologia por trás do ato: aqueles jovens com estudo acham que somos selvagens e merecemos essa malvadeza."

Mas os jovens de Brasília tiveram um bom professor: o próprio Estado, que mais de uma vez tratou a questão indígena a ferro e fogo. Uma boa mostra ocorreu durante as comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento, no ano passado. Uma verdadeira aula de discriminação. A polícia reprimiu

os índios e os impediu de entrar em Porto Seguro. "Nos oprimiram para evitar que manifestemos em público os nossos sentimentos", reclama Joel. "As autoridades preferem que o índio não fale", diz.

Joel viajou a Durban acompanhado de Aguinaldo Pataxó, 34 anos e dois filhos. Um dos 82 índios eleitos vereadores no Brasil, o pataxó há-hã-hã diz que a comunidade indígena do Nordeste, que tem 500 anos de contato com os brancos, sofre o descalço do governo.

Embora tenha conseguido se eleger vereador em Pau Brasil (sul da Bahia), Aguinaldo recla-

ma dos políticos. "Temos nossos vereadores, mas os prefeitos não se sentam para conversar com a gente. Não respeitam a nossa comunidade", diz. "Queremos que a lei seja igual para todos", exige. O preconceito começa no nome. Aguinaldo, batizado de Toeri na aldeia, reclama que o seu nome nativo não foi aceito no registro civil da cidade.

Apesar dos obstáculos, Joel e Aguinaldo não desistem da briga. E têm um mártir para lembrá-los de seus deveres: "Galdino sempre está conosco na luta. Aquele ato não nos entristeceu, pois os povos se fortalecem com a morte", afirma Joel.

Índio quer dirigir Funai

Uma das reivindicações de alguns líderes indígenas como Marcos Terena e Azelene Kaingang é que a Fundação Nacional do Índio (Funai) seja presidida por um índio, seguindo o exemplo da Fundação Cultural Palmares, dirigida por um negro.

Mas a iniciativa não foi incorporada no documento levado pela delegação brasileira à Conferência Mundial contra o Racismo. Segundo Terena, quando Azelene sugeriu a idéia a Fernando Henrique Cardoso, a resposta foi uma risada presidencial.

O presidente em exercício da Funai, Artur Nobre Mendes, não se opõe à idéia, mas acha que um indígena no cargo não é garantia de um melhor desempenho do órgão. "É um cargo de extrema complexidade, e deve ser ocupado por alguém com capacidade, sendo índio ou não", afirma.

Um dos argumentos mais repetidos pelos que são contrários a tirar os brancos do poder da Funai é a falta de consenso entre os 216 povos do Brasil. A eleição de um índio de uma etnia seria motivo de protestos das outras.

A favor do governo, está a demarcação de 420 terras indígenas, em 87 milhões de hectares — 11,5% do território brasileiro. Segundo dados oficiais, entre janeiro de 1995 e abril de 2001, foram homologadas 140 terras indígenas. Ainda há cerca de 100 terras para demarcar. Além das 111 novas situações levantadas que precisam de confirmação.

As comunidades indígenas passam por um processo de ressurgimento, principalmente os guaranis nos estados do Sul. O fenômeno mostra a revalorização da identidade dos povos originários do Brasil. Há também 600 índios estudando nas universidades, número que duplica o de dois anos atrás.

Mais o governo promete mais. No documento levado à Conferência, o Estado se compromete a indicar e nomear representantes indígenas para o Conselho Federal de Educação, Conselho de Cultura, Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conselho Nacional de Saúde e Conselho Nacional de Alimentação. (SL)

AIB 29.12.00



ÍNDIOS FORAM RECEBIDOS COM BALAS DE BORRACHA E GÁS LACRIMOGÊNICO NA CELEBRAÇÃO DOS 500 ANOS DO BRASIL

Lei trata como criança

No documento oficial levado à África do Sul, o governo brasileiro se compromete a apressar a votação no Congresso do Estatuto do Índio, projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados desde 1991. Uma promessa difícil de cumprir, pois o Estatuto é objeto de acaloradas polêmicas — além

"Hoje, não permitimos que os índios sejam iguais a nós", critica Pizzato. Para o deputado, eles têm que ter os mesmos direitos de o resto dos brasileiros, mantendo a sua diferença cultural e tendo o poder de controlar as riquezas naturais das suas terras (11% do território brasileiro). "Eles têm uma riqueza fantástica, não podem ficar na pobreza", diz Pizzato. Os críticos ao projeto, no entanto, consideram que o Estatuto abrirá as portas para a exploração sem controle desses recursos e muitos grupos indígenas, sem preparo nas negociações com o homem branco, serão explorados.

"Ser visto como incapaz é uma das maiores discriminações. A partir disso, há todo tipo de preconceito", critica Paulo Pankararu, 31 anos, um dos dez advogados indígenas do Brasil e um dos 5000 pankararus do país. Paulo está em Durban representando o Instituto Socioambiental (ISA). Ele elogia as propostas do documento levado à Durban. "O momento é propício para o governo assumir nova política indigenista", diz Paulo, da aldeia Tacaratú (PE).

A própria Constituição de 88 tornou inadequado o Estatuto. Há trinta anos, o objetivo da lei era integrar os índios à sociedade. "Índio não tem que se integrar. Se vai à universidade, não significa que deixará a sua cultura para trás. É como um brasileiro que se forma no exterior, não deixará de ser brasileiro", diz o advogado.

Mas Paulo lembra que 78% dos brasileiros acham que os indígenas são bons por natureza, segundo IBOPE. Paulo se sente discriminado, porém, ao não ser reconhecido como índio. "No Nordeste, sofremos preconceito quando nós não correspondemos à característica física que os brasileiros esperam", reclama ele, que carregou a sua cultura a Brasília. (SL)

DIVERSIDADE

No Brasil há
350 MIL
 indígenas de
216
 povos que falam
180
 línguas

obsoleto para a própria Funai. "A prática já superou a tutela", diz Artur Nobre Mendes, diretor em exercício da Funai. Se levada às últimas consequências, o índio não poderia nem viajar sem autorização da Funai.

ENTREVISTA / MARCOS TERENA

"Como disse o Zagallo, vocês vão ter que me engolir. Eles vão ter que engolir esse programa de índio."

O racismo institucional do Brasil

Na adolescência, Marcos Terena, 46 anos, escondia a sua origem se identificando como japonês. Ele conta que passou mais de dez anos sentindo vergonha de ser índio, até partir para a luta pelos direitos de seu povo. Coordenador de Defesa dos Direitos Indígenas da Funai, Terena reclama de ter um "homem branco" representando os índios na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo - o presidente da Funai, Glenio da Costa Alvarez.

grama de índio. Se a lei demora, a gente ganha tempo para se organizar melhor.

CORREIO — Por que é importante para o senhor ter um indígena na presidência da Funai?

TERENA — Há um resgate no mundo da auto-estima dos índios. O que aconteceu com Alejandro Toledo no Peru (índio eleito presidente)? No Equador, haverá um índio candidato à presidência da república. E nós vamos lançar candidatas a deputado federal, estadual e talvez até senador. Sobre a Funai, o governo está preocupado pois acha que um índio não teria capacidade de gerenciar as etnias e que daria preferência ao seu povo. Isso é uma ignorância em relação a um índio que vai gerenciar uma estrutura de governo.

CORREIO BRAZILIENSE — A delegação brasileira levou documento a Durban se comprometendo a aprovar o Estatuto do Índio. O senhor concorda com o projeto de lei que tramita no Congresso?

MARCOS TERENA — Quem levanta a polêmica da lei são

paternalistas, porque querem manter o índio sob o patrocínio do homem branco. Os índios têm que ser tratados com dignidade e respeito. Nós queremos mudar o relacionamento com o governo federal. Eu sou a favor de uma nova lei. O estatuto atual é totalmente desatualizado.

Nehil Hamilton



TERENA QUER MUDAR RELAÇÃO DOS ÍNDIOS COM O GOVERNO

CORREIO — Há racismo contra os indígenas no Brasil?

TERENA — É mais estrutural, é o que o pessoal chama de racismo institucional. Quando você chama um índio de bugre (no Sul do Brasil) é preconceito. Então você pegue essa figura, identifica o agressor e o que você faz com esse que chama o índio de bugre? Não faz nada, acha graça. Então, através disso cria-se o conceito de que o índio é uma figura x. Mas o índio é uma figura abstrata. Então você cria um conceito de que todo índio para ser índio tem que estar daquele jeito ali (e aponta uma foto pendurada com um índio seminu). Ele não pode estar com paletó e gravata, porque não é mais índio. Essa violência é mais perigosa e mais cruel com a realidade indígena. Só o índio que está na aldeia vale.

CORREIO — Por que demora tanto a aprovação do projeto?

TERENA — Porque não existe uma preocupação com a realidade indígena. Você pode verificar que nos últimos cinco anos não houve nenhuma medida inovadora para a defesa da questão indígena. Mas tudo bem. Nós falamos para o (ministro da Justiça) José Gregori que as iniciativas indígenas são um processo irreversível. Como disse o Zagallo, vocês vão ter que me engolir. Então eles vão ter que engolir esse pro-